

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E AS EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS DE LIVROS INFANTIS (1926 – 1936): ESPAÇOS DE DEBATES ESTÉTICOS E EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR

Aline Santos Costa¹

Em dezembro de 1930 foi inaugurada a Exposição Internacional de Livros Infantis, no Rio de Janeiro. A exposição contava com livros de diferentes países, dentre os quais: China, Rússia, Estados Unidos, Espanha, França, Alemanha, Argentina e Uruguai. Também contou com alguns exemplares de livros brasileiros, doados por editoras. À primeira exposição seguiram-se mais três: em 1931, 1934 e, a última, em 1936.

A responsabilidade pela organização das exposições de livros infantis coube à Seção de Cooperação da Família, que tinha como objetivo estabelecer um diálogo entre educadores e as famílias de crianças em idade escolar. O grupo foi presidido pela educadora Armanda Alvaro Alberto e, em seu âmbito, formou duas comissões: a “Comissão de Cinema” e a “Comissão de Leituras Infantis”.

A Associação Brasileira de Educação (ABE)

Criada em 1924, a Associação Brasileira de Educação foi criada por um grupo de educadores cariocas, sendo os principais nomes estavam Heitor Lyra Silva, Edgar Sússekind de Mendonça, Francisco Venâncio Filho e Armanda Álvaro Alberto. Inicialmente, como apontam os estudos de Marta Maria Chagas de Carvalho (1998; 2005), o grupo pretendia debater a possibilidade de se criar uma Federação de Associações de Ensino. No entanto, segundo Carvalho, Francisco Venâncio Filho decidiu-se por não criar a federação, uma vez que acreditava que o momento político nacional não era apropriado. Uma vez criada a Associação, esta propiciou debates e circulações de ideias em torno de projetos educacionais, projetos de saúde e higiene, todos ligados a projetos maiores que visavam, ao fim ao cabo, construir uma nova nação brasileira.

Ainda segundo Marta Carvalho (1998), a ABE comportou grupos de intelectuais com pensamentos e projetos de nação distintos, até mesmo, divergentes. As tensões geradas dessas diferenças fizeram com que, no final da década de 1920, a Associação não tivesse o prestígio que tivera nos dois primeiros anos de sua criação. Dentre os principais pontos de dessas discordâncias estavam o ensino religioso nas escolas públicas, defendido pelos intelectuais católicos ligados à Associação e a proposta de tornar a ABE nacional, com filiais em todos os estados do Brasil. Todavia, apesar das discordâncias, tensões e disputas entre os membros da Associação, havia uma característica comum: todos almejavam implementar projetos de nação vindos das elites. Em uma sociedade cada vez mais urbana e industrializada, visavam, através da Educação, homogeneizar padrões de comportamento e valores morais. Contudo, para Carvalho, o que os diferenciava, de fato, era a maneira como estas finalidades seriam alcançadas.

Nesse sentido, a criação de ABE e as atividades por ela realizadas, no âmbito dos debates educacionais, podem ser percebidas na perspectiva da crença na modernidade, ou no “Progresso nacional”, como ponderam os estudos de Moysés Kuhlmann Júnior (2002) e Erick Hobsbawm (2011). Este último, ao refletir sobre os conceitos de nação e nacionalismo, aponta que, no período Pós Primeira Guerra mundial, esses conceitos sofrem sensível alteração. Se, até o século XVIII, os conceitos de nação e de nacionalismo estariam atrelados às tradições, línguas e crenças comuns de

¹ E-mail: aline.s.costa.hist@gmail.com.

um determinado povo, a partir dos processos das revoluções liberais burguesas, ambos os conceitos passam a considerar, também, os aspectos econômicos, territoriais e de governo.

No Século XIX, por sua vez, a essas idéias a cerca do nacionalismo somaram-se a idéia de progresso. A construção do “Estado Nação” era entendida como uma fase fundamental da evolução humana. Assim, cada estado nação deveria esforçar-se para obter o progresso, no que se refere à economia, ao modelo político, aos modelos educacionais, à ciência, etc. Diante disso, diferentes países iniciaram um processo de busca pelo progresso, incentivando, por exemplo, as ciências e as novas tecnologias industriais.

Do ponto de vista do Liberalismo – e, o exemplo de Marx e Engels o demonstra, não apenas do liberalismo – a causa da “nação” estava no fato de representar um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana; e a questão do estabelecimento de um Estado-nação específico dependia de este mostrar-se adequado ao progresso ou à evolução histórica avançada [...] (HOBSBAWN, 2011, p. 53)

Diante desse contexto, o Brasil dos anos de 1920 também buscava alcançar esse progresso e, assim, entrar para o rol das nações consideradas modernas. Segundo o trabalho de Kuhlmann Júnior (2002), com a associação feita entre as idéias de Nação e Progresso, a percepção acerca da criança e da infância também passam por alterações. Torna-se uma preocupação o estudo sobre a criança e a criação de iniciativas, fossem governamentais, particulares ou filantrópicas, que visam assegurar a saúde física, mental e moral das crianças e dos jovens. Isso porque, as crianças passam a ser entendidas como o futuro da nação.

Pensava-se que uma das melhores maneiras de assegurar o progresso do Brasil era, também, ocupando-se da infância. Para tanto, além das iniciativas nacionais, entidades e intelectuais brasileiros filiaram-se a entidades estrangeiras, o que favoreceu a circulação de idéias e modelos educacionais, médicos e jurídicos. Dois exemplos de espaços de debate sobre a criança e a educação foram o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) e o 3º Congresso Americano da Criança (CAC)².

A ABE, então, como instituição criada justamente para debater questões educacionais e ligadas à criança e à infância, pode ser entendida como parte desse movimento em busca de assegurar o desenvolvimento do país a partir de ações e projetos direcionados aos “futuros cidadãos”. Através da Seção de Cooperação da Família, a Associação buscou um diálogo com os pais das crianças, sobretudo daquelas em idade escolar. A idéia era ensinar aos familiares noções básicas de cuidado com as crianças, tanto no que se refere à higiene, quanto aos cuidados com a educação intelectual e moral dos futuros cidadãos.

Sobre a atuação da Seção de Cooperação da Família, Ana Chrystina Venâncio Mignot pondera que:

Conferências, inquéritos, exposições, produção de lista de leituras, fizeram parte das estratégias adotadas para alcançar os objetivos formulados. Na Seção de

² Ambos os congressos foram realizados, segundo Kuhlmann Júnior, no período das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, em 1922. No mesmo período ocorreram exposições sobre a cultura brasileira, eventos de diversas áreas do conhecimento e a criação do Museu Histórico Nacional. Tal cenário, que se apresentou como festejos do Centenário da Independência do Brasil, pode nos indicar o caráter já ressaltado desses debates educacionais, isto é, sua relação com os projetos para a construção de uma pretensa nação moderna. Para maiores informações, ver: KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. “A Circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX”. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (Org.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez; 2002.

Cooperação da Família, Armanda liderou a discussão, implementação e divulgação dos Circulos de Pais e Professores nas escolas Públicas e Privadas. Além disso, coordenou a produção e difusão de uma série de recomendações e prescrições sobre lazer e, em particular, leitura infantil. Assim, as educadoras ali reunidas, se qualificaram como as profissionais mais competentes para interditar, autorizar e legitimar cuidados com as crianças.[...]

As práticas levadas a efeito se inscreviam no objetivo maior da entidade de promover a difusão e aperfeiçoamento da educação. Modelos de conduta, padrões para os costumes, foram forjados numa perspectiva moralizadora. Em nome dos direitos das crianças, as educadoras ali reunidas, ampliaram a questão educacional para além da escola. Formularam propostas para as famílias, a cidade, tentando moldar o futuro do país. Assim, se legitimaram como interlocutoras no âmbito da própria entidade” (MIGNOT, 2002, p. 204-205).

As considerações de Mignot apontam para a preocupação, da ABE, em expandir para as classes populares valores morais e modelos comportamentais valorizados pelas elites. E, um dos instrumentos para dar cabo deste grande projeto educacional – que, como pondera a autora, não se restringiam à escola mas, abarcavam, também a família e outros espaços de educação não formal – era o livro. A Seção de Cooperação da Família, então, cria, em 1926, uma Comissão de Leituras Infantis. Parte dessa Comissão os estudos relacionados aos livros, brasileiros e estrangeiros, voltados para o público infantojuvenil.

As atas das reuniões do grupo já apontavam para a crescente preocupação em relação aos livros infantis. O primeiro assunto citado como discutido pelo grupo, na ata de 2 de setembro de 1926, aponta para a preocupação em definir uma bibliografia apropriada para as crianças.

2 de Setembro de 1926.

Aberta a sessão a Sra. Presidente entregou mais de 400 folhetos para o inquérito sobre leituras prediletas, que continua sendo feito em outras escolas: Escola Alemã e Escola Rodrigues Alves. Mostrou, em seguida, uma lista de livros para crianças, com os preços, lista esta fornecida pela Livraria Leite Ribeiro. Espera-se receber o mesmo de cada livraria. Continuará o trabalho nas listas de livros próprios para crianças e adolescentes [...]. (Ata de 2/09/1926)

Como é possível perceber no trecho supracitado, embora a primeira exposição internacional de livros infantis tenha ocorrido em 1930, os debates e pesquisas em torno do livro infantojuvenil, na ABE, são anteriores. O inquérito referido trata-se de uma pesquisa sobre os gostos literários infantis, realizado com crianças e adolescentes em idade escolar, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, à época. Ambos os trabalhos, inquérito e lista de livros, tinham por objetivo definir os livros mais adequados às crianças e jovens. Também foram criadas listas de livros ingleses e franceses que, segundo critério da comissão de leituras infantis, poderiam ser traduzidos para a língua portuguesa.

Os inquéritos tinham, como principal objetivo, conhecer os gostos literários de crianças e jovens, em Idade Escolar, para que pudessem direcionais tais leituras, seguindo critérios estabelecidos pela Comissão de Leituras Infantis. Após a aplicação do inquérito, em 22 escolas do Distrito Federal, o resultado do inquérito foi registrado na ata da reunião de 24 de dezembro de 1926.

24 de dezembro

Houve nesta data uma reunião especial para a apuração final do inquérito sobre leituras prediletas.

Este foi feito em 22 escolas, obtendo-se 2.502 votos de 1.555 meninas e 947 meninos. Foram inutilizadas 260 respostas por terem sido citados livros didáticos, provando, mais uma vez, a falta de bibliotecas em muitas escolas. Os livros mais votados pelas crianças são: dos 8 aos 11 anos: Contos da Carochinha; dos 15 aos 17 anos: O Guarani. As meninas dos 12 aos 14 anos preferem também “O Guarani”, mas os meninos desta idade ainda gostam mais dos Contos da Carochinha e de Robinson Crusoe. [...]
Por fim, a Sra. Presidente leu outras conclusões, salientando a necessidade de edições das obras clássicas adaptadas para as crianças e de edições mais baratas dos livros infantis. [...]

A partir das considerações feitas na ata, é possível perceber que, além de conhecer os gostos literários de crianças e jovens, a Comissão Encarregada também buscou dar orientações aos editores brasileiros, sinalizando a necessidade de adaptação dos livros clássicos, para uma linguagem e narrativa que, para a comissão, seria a mais adequada. Podemos observar, neste caso específico, que, embora as crianças e os jovens entrevistados sinalizem que já lêem os clássicos, as educadoras acreditam que estes necessitem de uma adaptação, tornando a história mais leve, mais apropriada para as faixas etárias desses leitores.

Tal adaptação pode apontar uma tentativa de demarcar os espaços infantis e juvenis, separando-os do “mundo adulto”. Esta separação, pode ser sentida, segundo estudo de Carlota Boto, Ao discorrer sobre a história da infância, Carlota Boto (2002), aponta para estudos que dão conta do papel significativo da tipografia na separação dos espaços adultos e infantis. Essa separação, segundo a autora, se deu de forma lenta e com diferentes gradações (alterando-se, por exemplo, de acordo com o grupo social do qual a criança pertencia).

Assim como, na chamada Idade Moderna (XV – XVIII), o surgimento dos colégios confere uma maior visibilidade da separação dos espaços entre adultos e crianças. Se, durante a chamada Idade Média, as crianças e os adultos partilhavam o trabalho e demais atividades cotidianas, apontando para espaços não formais de educação, a Idade Moderna passou a produzir espaços diferenciados para adultos e crianças. O Colégio, então, ganha notoriedade como um espaço específico para as crianças, um lugar para ensiná-las os códigos de civilidade, valorizados pela sociedade moderna. Com o colégio produz-se a ideia da criança como aluno, aquele que é incompleto e, para, futuramente, ocupar o espaço dos adultos, deverá aprender determinados conhecimentos e comportamentos.

Outro fenômeno apontado por Boto como importante para a compreensão das mudanças na concepção de infância e criança é a Tipografia. Ela não apenas afasta as crianças de certos conhecimentos, restritos – a partir daquele momento – ao mundo dos adultos, como também direciona o tipo de conhecimento e temas que poderiam ser lidos por crianças. Esta relação com o impresso, no sentido de direcionar leituras específicas para crianças, pode ser melhor percebida nos finais do século XIX e primeira metade do século XX.

No caso aqui estudado, ao elaborar debates e estudos sobre os gostos infantis, bem como estabelecer listas de livros mais apropriados às crianças, demonstra uma preocupação em direcionar a leitura infantojuvenil. É necessário, então, pensar qual a concepção de criança circulava no âmbito do grupo responsável pelos estudos sobre literatura infantil e pela exposição internacional de livros infantis.

Ao buscar estabelecer critérios para classificar um livro infantil como apropriado ou não para as crianças brasileiras, esses intelectuais colocavam-se como “porta-vozes” de um tipo de saber. O “tomar para si” a autoridade de falar para as famílias o que deve conter um livro para as crianças pode ser aqui pensado a partir da perspectiva apontada por Marta Carvalho em análise da ABE: a expansão de projetos nacionalistas, pautados no “entusiasmo educacional”,

nos quais eram as elites letradas aquelas que saberiam melhor apontar os caminhos da “salvação moral, física e intelectual” no Brasil. Ainda segundo a pesquisadora, uma característica comum a esses intelectuais é a idéia de um presente ruim, degenerado, que precisa ser salvo pela educação. Não é por menos que, em alguns discursos acerca da Literatura Infantil, embora saibamos de alguns livros infantis e histórias veiculadas por revistas e seções infantis de jornais, há um discurso em desqualificá-la, categorizando-a como moralizantes e dogmáticas.

Por outro lado, identifica-se a preocupação em formar futuros cidadãos para exercerem papéis sociais em um país que vinha se tornando urbano e liberal. Sendo assim, os valores morais e sociais exaltados por parte desses intelectuais “abeanos” deveriam se apresentar, também, nas histórias infantis³. No entanto, era também importante que essas histórias atendessem às expectativas do público leitor, para que, assim, ganhassem o interesse das crianças e fizessem esses valores e idéias circularem entre elas. Fazia-se, então, um livro sob medida para o pequeno leitor (de acordo com a idade, gênero, escolaridade), alinhando essas demandas ao papel educativo que essa literatura deveria ter.

Nesse sentido, além de cultivar aquilo que os educadores da Seção de Leituras Infantis chamavam de “hábitos de leitura”, os livros eram entendidos como instrumentos importantes para a formação do caráter infantil. A valorização de histórias que envolvessem a exaltação de sentimentos (como a bondade, a caridade e a cooperação com os demais) estava presente nas falas da Seção de Leituras Infantis. Era importante, para os educadores que participavam da Seção, que as histórias, mesmo que fantasiosas, apresentassem elementos do cotidiano “ideal” infantil (situações de brincadeiras e estudo, por exemplo).

As Exposições de livros infantis

Após alguns debates acerca da literatura infantil, a Comissão de Leituras Infantis promoveu as exposições de livros infantis de diversos países. Através de correspondências, em sua maioria, ativa – agradecendo as doações de livros realizadas – foi possível identificar os países e as doações de livros realizadas. O primeiro comunicado sobre a organização da primeira exposição, em 1930 ponderava:

Exmo. Snr. Dr. Jonathas Serrado,
M. D. Sub. Diretor Técnico da Diretoria Geral de Instrução Pública.
Tenho a honra de comunicar a V. S. que o Conselho Diretor, ontem reunido, tomando conhecimento do convite enviado a este Departamento para que se encarregasse, por ocasião da Feira de Amostras, de organizar uma exposição de literatura infantil, de livros escolares, de obras de orientação pedagógica e de revistas técnicas de educação, resolveu, por unanimidade, aceitar a honrosa incumbência e, ao mesmo tempo, incluir no programa da exposição, por proposta do Prof. Fernando Magalhães, conferências a cargo de membros do Conselho Diretor para isso designado. (Mello Leitão, 30 de abril de 1930).

No documento supracitado, podemos observar que, a princípio, a exposição internacional de livros infantis e didáticos foi uma solicitação da Diretoria de Instrução Pública, por ocasião de evento promovido pela instituição. Contudo, tal pedido fora direcionado, possivelmente, pelos trabalhos e discussões já realizados, pela ABE, no que se refere aos livros infantis. Nota-se também que essa exposição não contava apenas com livros literários infantis, mas também

³ Para mais informações: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *BAÚ DE MEMÓRIAS, BASTIDORES DE HISTÓRIAS: O LEGADO PIONEIRO DE ARMANDA ALVARO ALBERTO*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

livros didáticos e especializados sobre a criança e a infância. Tal característica também é apresentada nas exposições seguintes. O evento também contaria com conferências sobre educação e, possivelmente, literatura infantil, ministradas pelos membros do Conselho Diretor da Associação.

Os livros apresentados na exposição foram doados ou emprestados por livrarias, editoras e embaixadas de diferentes países. Todavia, poucos documentos referentes a esta primeira exposição foram localizados, no acervo da Associação Brasileira da Educação. Mais numerosos são as das exposições de 1934 e 1936. De todo modo, a primeira exposição indica uma preocupação em destacar, como preocupação, os livros infantis e didáticos.

O relatório da III Exposição Internacional de Livro Infantil, de 1934, apresenta, de forma um pouco mais fértil, a quantidade de livros enviados por países, bem como os países que colaboraram, doando ou emprestando os livros infantis e juvenis mais lidos em seus países de origem. A exposição contou, de acordo com os registros, com 529 livros, doados ou emprestados, de diversos lugares do mundo, por embaixadas, livrarias, bibliotecas escolares e de particulares.

Um comunicado sobre a exposição, apresenta a programação da mesma, convidando os interessados a comparecer ao evento:

Continua franqueada ao público com muito sucesso, a 3^o Exposição Internacional de Literatura Infantil, na sede da Associação Brasileira de Educação (Av. Rio Branco, 91, 10^o andar). Os livros mais famosos, dentre os escritos para crianças, lá se encontram.

Acham-se exposição livros vindos de todas as partes do mundo. Escandinava, Holanda, Rússia, Alemanha, Noruega, Bélgica, países sul americanos, além da opulenta contribuição de língua inglesa, Inglaterra e Estados Unidos; com todos os clássicos da infância com as admiráveis ilustrações, tão afamadas no mundo inteiro.

Durante o período da exposição haverá pequenas palestras, de 15 minutos, sobre as diferentes literaturas.

A exposição se encerrará no próximo sábado, dia 15 do corrente. [...] (Associação Brasileira de Educação; Julho/Agosto de 1934)⁴

Além das exposições de livros, então, o evento contou com palestras sobre Literatura. Tal configuração do evento, com uma programação que se estende para além das exposições, pode ser observada em outras Exposições Internacionais, como salientam Kuhlmann Júnior (1998) e Werner Plum (1979). Segundo Plum, as exposições internacionais remetem ao século XIX, momento de transformações significativas nas sociedades industriais. Eram, pois, expressão do otimismo em torno do que chamavam de modernidade. Desde meados do século XIX, em vários países da Europa e da América, foram criadas exposições internacionais, que apresentavam diferentes aspectos da cultura de um determinado país.

Em análise da Exposição Internacional de Paris, promovida em 1889, em comemoração ao centenário da Revolução Francesa⁵, Kuhlmann Jr (1998) aponta para a dimensão representativa de um discurso de exaltação à civilização ocidental. Além de mostrar fotos, objetos e obras artísticas do país anfitrião e de outros países colaboradores da exposição,

⁴ O documento original não menciona autor do texto, tão pouco a data específica. Contudo, em outros documentos do relatório, aponta-se que a exposição ocorrera durante o mês de julho.

⁵ Foi nesta exposição que o engenheiro Gustave Eiffel construiu o monumento da *Tour Eiffel*, hoje, cartão postal de Paris. A ideia era mostrar ao mundo a modernidade da civilização francesa, cem anos após a Revolução. Na mesma exposição, foram também apresentadas as “novidades” pedagógicas, sendo, a principal delas, os “jardins de infância”. Para saber maiores informações, consultar: KUHLMANN Jr, Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Meditação; 1998. p. 71-80.

também eram apresentadas palestras e conferências sobre diferentes temas, eleitos também com finalidade análoga. Nesse sentido, Segundo Kuhlmann Jr:

Cada país, ao sediar uma exposição, mostrava aquilo que seria a prova de seu lugar no concerto das nações civilizadas. Demonstração tanto à sua própria população quanto aos visitantes dos demais países, que também ali compareciam para exibir seus produtos e atributos de modernidade [...] (KUHLMANN Jr. 1998: 76).

Promover, então, uma exposição de livros infantis era também inserir o Brasil no circuito de países que se preocupavam com as leituras de suas crianças. Essas exposições, segundo Kuhlmann Júnior (1998), configuravam-se também em espaço para debates e circulação de ideias. Neste caso, falava-se da Literatura e de seu público leitor. Podemos observar tal espaço de debates, por exemplo, a partir da criação de um documento, o *Memorial aos Editores*. Este documento, segundo estudos de Ana Chrystina Mignot, apresentava aos editores brasileiros os formatos físicos, bem como os tipos de história mais adequados aos leitores infantis, seguindo-se, para isso, tanto os resultados dos inquéritos promovidos pela Seção de Cooperação à Família, em 1926, quanto às orientações pedagógicas e psicológicas dos teóricos em voga, à época.

A associação entre a criança e o futuro do Brasil enquanto nação podem ser observados no modelo de carta de pedido de livros. Através dela, os organizadores da exposição explanavam, de forma breve, o que seria realizado na exposição e pedia ao destinatário empréstimo ou doação de livros. Segundo alguns documentos presentes nos relatórios das exposições de livros infantis, os livros doados passaram a compor a biblioteca da Associação Brasileira de Educação. Consta na carta:

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1936.

Exm^o Sr.

Devendo a Associação Brasileira de Educação realizar, nos fins do corrente mês, ou no começo de julho próximo, sua 4^o exposição de literatura infantil e adolescentes, solicitou vossa colaboração para o êxito da referida exposição, pedindo-vos enviar-nos obras recreativas que nela possam figurar, de maneira a difundir o gosto infantil pela boa leitura.

Assim, trabalharemos para a implantação dos hábitos de leitura, que tanto influencia no progresso de um povo.

Esperando que atendais a nosso apelo, aqui vos apresentamos agradecimentos e saudações atenciosas. (Márcia Lidemberg Rocha – Presidente da Comissão de Exposição de livros.)

A separação dos gostos infantis por categorias de idade e a orientação de adaptação dos livros clássicos da literatura para que pudessem se adequar àquilo que a comissão de livros infantis julgava ser adequado às crianças, demonstra uma concepção sobre a criança baseada em fases do desenvolvimento. À época, pesquisas de Jean Piaget e Edouard Claparède, por exemplo, salientavam o desenvolvimento gradual de crianças e jovens. A literatura infantil, nessa perspectiva, também deveria ser orientada pensando nesse desenvolvimento, para que pudesse cumprir também seu papel educativo.

Na IV Exposição Internacional de Livros Infantis, além das obras literárias voltadas para a infância, foram também expostos livros didáticos vindos dos Estados Unidos. Para discursar sobre esses livros didáticos foram chamados os educadores Delgado de Carvalho e Elvira Nizynska, ambos do Instituto de Educação do Distrito Federal. O primeiro lecionou História, a

educadora, por sua vez, lecionava as disciplinas Leitura e Linguagem e Literatura Infantil. Vale salientar que, no ano da quarta exposição, Elvira Nizynska era também componente da Comissão Nacional de Literatura Infantil, criada pelo Ministro da Educação, do período, Gustavo Capanema. Na época, então, a Literatura Infantil ganhava uma comissão de estudos, composta por professores e escritores. A CNLI teve como objetivo principal o incentivo à divulgação e o estudo de livros literários para crianças, circulantes no Brasil.

Considerações finais

Diante disso, é possível perceber a ABE como um dos espaços que procurou promover debates em torno da Literatura Infantil. Orientar e direcionar certo tipo de literatura para crianças e adolescentes requer, primeiramente, ter um determinado olhar para esse público leitor, diferindo-o, portanto, do leitor adulto. Como pudemos analisar, através das fontes e dos diálogos teóricos, no período em que as exposições internacionais de livro infantil foram criadas, percebia-se a criança e o adolescente como seres ainda em desenvolvimento, que necessitavam de livros específicos, que atendessem as suas necessidades.

Além disso, a leitura e a promoção de livros considerados, por esse grupo da ABE, como literatura de qualidade era uma maneira de assegurar o progresso nacional. Assim, buscavam direcionar os aspectos gráficos e estéticos dos livros infantis, em associação com os gostos literários expostos pelas crianças e pelos jovens, no inquérito realizado pela Associação. Com isso, visava-se alcançar o potencial educativo, formador e conformador da Literatura Infantil, a serviço de um projeto nacional que visava alcançar.

Referências

BOTO, Carlota. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (Org.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez; 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Física**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931). São Paulo: EDUSF; 1998.

COSTA, Aline S. **A Comissão Nacional de Literatura Infantil e a formação do público leitor**. Dissertação de Mestrado. UFRJ/ PPGHIS; 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva; 2011.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Editora Meditação; 1998.

_____. “A circulação de ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX”. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés (Org.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez; 2002.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Baú de Memórias, Bastidores de Histórias**: o Legado Pioneiro de Armanda Alvaro Alberto. Bragança Paulista: EDUSF; 2002.

PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX**: Espetáculos de Transformação Sócio-Cultural. São Paulo: Editora Friedrich Ebert Stiftung; 1979.